



Universidade de Brasília
Faculdade de Ciência da Informação
Biblioteconomia

Ana Luiza Custódio de Araújo

**Vocabulário Controlado Básico da Rede RVBI: estudo sobre as
relações conceituais na área de Direito Autoral e Direito do
Consumidor**

Brasília
2011

Ana Luiza Custódio de Araújo

**Vocabulário Controlado Básico da Rede RVBI: estudo sobre as
relações conceituais na área de Direito Autoral e Direito do
Consumidor**

Monografia apresentada à Faculdade de
Ciência da Informação da Universidade de
Brasília (UnB), como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em
Biblioteconomia.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Bräscher Basílio Medeiros.

Brasília

2011

Ficha Catalográfica

A663v ARAÚJO, Ana Luiza Custódio de, 1987-.

Vocabulário Controlado Básico: Evolução
Histórica/ Ana Luiza Custódio de Araújo. - Brasília, Julho 2011.

Orientadora: Professora Doutora Marisa Bräscher Basílio
Medeiros.

Monografia (Graduação) - Universidade de Brasília, 2011.

1. Linguagens documentárias. 2. Tesouro. 3. Vocabulário
Controlado Básico. I. Universidade de Brasília.

CDU 025



Título: Vocabulário Controlado Básico da Rede RVBI: estudo sobre as relações conceituais na área de Direito Autoral e Direito do Consumidor

Aluna: Ana Luiza Custódio de Araújo.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 13 de julho de 2011.


Marisa Brascher Basílio Medeiros – Orientadora

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Doutora em Ciência da Informação


Dulce Maria Baptista - Membro

Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)

Doutora em Ciência da Informação


Beatriz Pinheiro de Melo Gomes – Membro externo

Bibliotecária do Tribunal de Contas da União

Aos meus pais pelo esforço, dedicação e amor incondicional.

Aos meus irmãos pelo carinho, cuidado e ensinamentos.

Ao meu amor pelo companheirismo e compreensão.

Agradecimentos

A **Deus** pelo dom da vida, por todas as bênçãos e por me proporcionar tudo que preciso para ser feliz.

Aos meus amados pais, **Edmilson e Maurízia**, meu maior orgulho, pelo exemplo de integridade e respeito e tudo que sou hoje, meus valores, crenças... Com todo o seu carinho e esforço me ensinaram os primeiros passos, além do verdadeiro significado da palavra amor, me proporcionando sempre uma vida digna e cheia de alegria.

Aos meus queridos irmãos **João Guilherme** e **Leonardo** pela família unida que constituímos. Por tudo que passamos juntos, toda proteção, companheirismo, auxílio, brigas e reconciliações, fundamentais para o meu crescimento. Com certeza sou parte de vocês.

Ao meu namorado e amigo de todas as horas, **José Renato**, por todo o apoio na concretização desse projeto, compreensão, amor e paciência diante de minhas alterações de humor.

Aos meus amados colegas de faculdade **Alessandro, Camila, Carol, Dienner, Maria Clara, Larissa** e **Suzanna** por todos esses anos juntos, toda a convivência agradável, amizade, alegria, companheirismo, farras, caronas, peripécias e etc. Vocês foram fundamentais nessa jornada.

A todos os meus amigos pela torcida e vibrações positivas, em especial a **Patrícia** e ao **Matheus** por aturarem os meus acessos de stress e por me resgatarem para alguns momentos de distração e diversão.

“Não deixe que a saudade sufoque, que a rotina acomode, que o medo impeça de tentar. Desconfie do destino e acredite em você. Gaste mais horas realizando que sonhando, fazendo que planejando, vivendo que esperando, porque embora quem quase morre esteja vivo, quem quase vive já morreu”.

Luís Fernando Veríssimo

Lista de Quadros

Quadro 1 - Linha Francesa: Denominações para as Linguagens Documentárias....	15
Quadro 2 - Linha Brasileira: Denominações das Linguagens Documentárias	16
Quadro 3 - Estrutura, características e funções das Linguagens Documentárias. ...	18
Quadro 4 - Classificação dos conceitos.	25
Quadro 5 - Erros de relacionamentos.....	41
Quadro 6 - Relacionamentos não implementados.....	42
Quadro 7 - Relacionamentos apenas associativos.....	43

Resumo

Estudo das relações conceituais do Vocabulário Controlado Básico do Congresso Nacional na área de Direito Autoral e Direito do Consumidor com base na literatura sobre tesouros e em diretrizes para sua construção. Apresenta referencial teórico acerca das linguagens documentárias, bem como dos tesouros, seu histórico, conceito, função, princípios gerais, relações conceituais e outros. Constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, seguida de estudo de caso do Vocabulário Controlado Básico, na qual selecionou-se as áreas de Direito Autoral e Direito do Consumidor para a análise dos relacionamentos conceituais, devido ao vasto campo da área do Direito. Conclui que ocorrem inconsistências no estabelecimento dos relacionamentos das áreas analisadas, o que pode acarretar problemas na indexação e na recuperação da informação.

Palavras-chave: Linguagens Documentárias. Rede Virtual de Bibliotecas. Relações conceituais. Tesouro. Vocabulário Controlado Básico.

Abstract

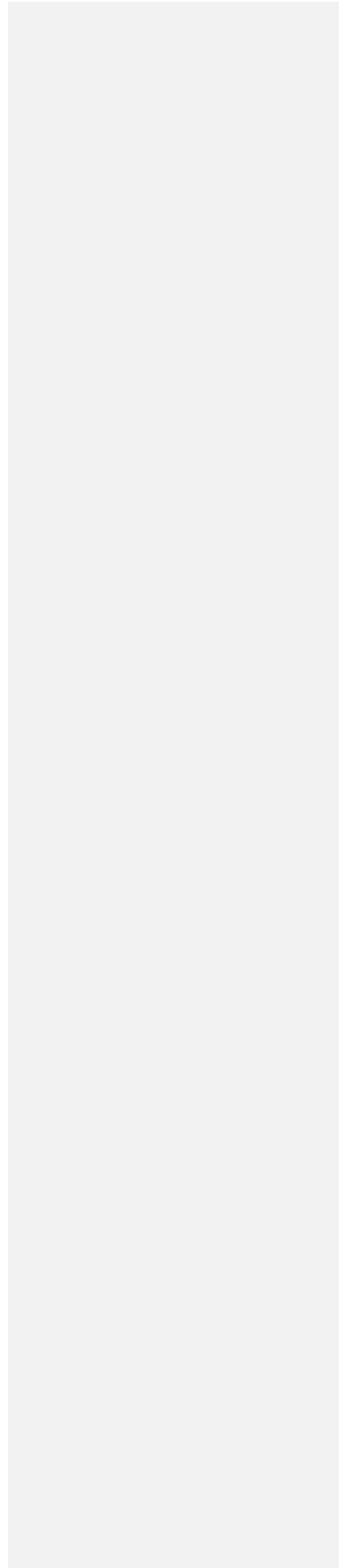
Study of the conceptual relationships of the Controlled Vocabulary of Basic National Congress in the Copyright and Consumer Law based on the literature and guidelines for thesaurus construction. Presents the theoretical framework about the documentary language, as well as thesauri, its history, concept, function, general principles, and other conceptual relations. It constitutes a literature search, followed by case study of the Basic Controlled Vocabulary, which was selected areas of the Copyright Law and Consumer Law for the analysis of conceptual relationships, due to the wide range of areas of law. The conclusion from the analysis is a lack of consistency in the establishment of relationships of the analyzed areas which can cause noise in information retrieval.

Keywords: Documentary languages. Network Virtual Library. Conceptual relationships. Thesaurus. Basic Controlled Vocabulary.

Lista de Abreviaturas e Siglas

BCE	Biblioteca Central da Universidade de Brasília
BDM	Biblioteca Digital de Monografias
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BIBR	Bancos de Dados de Monografias
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
NE	Nota explicativa
PERI	Publicações Seriadas e Artigos de Periódicos
PRODASEN	Centro de Processamento de dados do Senado Federal
RIUNB	Repositório Institucional da Universidade de Brasília
RVBI	Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional
SABI	Subsistema de Administração de Bibliotecas
TA	Termo Associado
TC	Termo Correlato
TCU	Tribunal de Contas da União
TE	Termo Específico
TEI	Termo Específico de Instância
TEP	Termo Específico Partitivo
TG	Termo Genérico
TGI	Termo Genérico de Instância
TGP	Termo Genérico Partitivo
TR	Termo Relacionado
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UNISIST	United Nations International System of Information on Science and

UP Technology
UP Usado por
VCB Vocabulário Controlado Básico



SUMÁRIO

CAPÍTULO 1

Introdução	6
1.1 Contextualização.....	6
1.2 Definição do problema	7
1.3 Questão de pesquisa	8
1.4 Objetivo Geral	8
1.5 Objetivos Específicos	8
1.6 Justificativa.....	9

CAPÍTULO 2

Revisão de literatura	11
2.1 Linguagem.....	11
2.2 Linguagem Documentária	12
2.2.1 Conceito	12
2.2.2 Função	16
2.2.3 Tipos.....	19
2.3 Tesauro	19
2.3.1 Conceito	19
2.3.2 Histórico	21
2.3.3 Função	22
2.3.4 Princípios gerais.....	24
2.3.4.1 Conceito, termo e características	24
2.3.4.2 Relações entre conceitos	26
2.3.4.2.1 Relações de equivalência.....	27
2.3.4.2.2 Relações hierárquicas	29
2.3.4.2.3 Relações associativas	31
2.3.5 Tipos.....	32

CAPÍTULO 3

Procedimentos metodológicos	34
3.1 Tipo de pesquisa	34

3.2 Instrumentos utilizados.....	35
3.2.1 Vocabulário Controlado Básico	35
3.3 Coleta de dados	39
CAPÍTULO 4	
Análise e discussão dos dados	40
4.1 Análise dos descritores	40
4.2 Discussão dos resultados.....	43
4.3 Considerações finais	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	46
APÊNDICE A – Análise dos termos de Direito Autoral e Direito do Consumidor	49

CAPÍTULO 1

Introdução

1.1 Contextualização

A sociedade atual está atrelada ao grande fluxo informacional ocasionado pelo advento da globalização. Com o encurtamento das barreiras territoriais ocorreram mudanças significativas no que tange à produção e ao acesso às informações de todas as partes do globo, possibilitado pelo surgimento de novas tecnologias e da globalização das comunicações.

Dentre essas novas tecnologias destacam-se os computadores que permitiram, por meio da internet, o acesso remoto ao conhecimento e uma maior comunicação e troca de informações entre as pessoas e as organizações, além da criação de documentos em formatos cada vez mais dinâmicos, como os digitais.

A informação torna-se o elemento básico ao desenvolvimento da sociedade pós-industrial, importante para o sucesso pessoal, profissional, melhor qualidade de vida, progresso científico e tecnológico, assim como é fundamental ao crescimento e sobrevivência das organizações.

A explosão informacional ocasionada pelo advento das novas tecnologias e pelo aumento da produção técnica e científica trouxe consigo dificuldades quanto ao tratamento e recuperação da informação.

Nesse cenário dinâmico, no qual informações são criadas a cada minuto nos mais diversos tipos de suportes, os serviços de informação têm papel fundamental, devendo prover seus usuários com as informações de que necessitam no desempenho de suas atividades. Para tanto, são desenvolvidos os sistemas de recuperação da informação, os quais utilizam linguagens específicas, denominadas linguagens documentárias, para a representação e recuperação da informação.

As linguagens documentárias são linguagens construídas artificialmente para representar o conteúdo dos documentos, ou seja, traduzi-los de uma linguagem natural para uma linguagem mais restrita, a do sistema de recuperação da

informação. Elas têm por objetivo a padronização da indexação, permitindo que documentos com conteúdos semelhantes sejam indexados pelos mesmos conceitos. Além disso, visam uma maior comunicação entre o usuário e o sistema, fazendo coincidir a linguagem de ambos, possibilitando, assim, maior eficácia na recuperação da informação.

Dentre as linguagens documentárias destacam-se os tesouros, vocabulários controlados de termos relacionados semântica e sintaticamente, que visam à normalização temática, bem como a representação e recuperação da informação em áreas específicas do conhecimento.

Os tesouros surgiram da necessidade de se organizar um grande número de publicações especializadas criadas a partir da Segunda Guerra Mundial e se constituíram em um valioso instrumento para a organização do conhecimento, sendo amplamente utilizado, tanto nacionalmente, quanto internacionalmente.

O presente trabalho pauta-se no estudo do Vocabulário Controlado Básico (VCB), tesouro jurídico da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional (RVBI), rede cooperativa de bibliotecas dos três poderes da Administração Pública e do governo do Distrito Federal, a qual reúne recursos bibliográficos, materiais e humanos visando atender as necessidades informacionais dos seus órgãos mantenedores.

O Vocabulário Controlado Básico é a linguagem documental adotada pela Rede RVBI para a manutenção da consistência da indexação e recuperação da informação, servindo de modelo para outras bibliotecas. Ele é composto por descritores nas diversas áreas do conhecimento, com destaque para o Direito. O presente trabalho pretende analisar as relações conceituais existentes no Vocabulário Controlado Básico na área do Direito Autoral e Direito do Consumidor.

1.2 Definição do problema

Para se constituírem em instrumentos eficazes de representação e recuperação da informação os tesouros necessitam de manutenção e atualizações

constantes. Além disso, os profissionais responsáveis por seu funcionamento devem realizar treinamentos para o estabelecimento dos relacionamentos conceituais.

Na prática equipes responsáveis pela elaboração de tesouros muitas vezes carecem de treinamentos específicos e necessários o que, em alguns casos, acarreta erros no estabelecimento desses relacionamentos.

A atualização do VCB é constante, porém por se tratar de um tesouro de uma rede, sua manutenção é realizada por uma equipe composta por profissionais de diferentes instituições o que pode ocasionar problemas no estabelecimento dos relacionamentos. Além disso, há também muita rotatividade de pessoal, o que pode contribuir para esses problemas.

1.3 Questão de pesquisa

Como se apresentam as relações entre conceitos no VCB? Há consistência nos relacionamentos de equivalência, hierárquicos e associativos?

1.4 Objetivo Geral

Analisar as relações entre conceitos do Vocabulário Controlado Básico da Rede RVBI, com base nos tipos de relacionamentos definidos na literatura e diretrizes sobre tesouros.

1.5 Objetivos Específicos

- ▲ Coletar documentação sobre o Vocabulário Controlado Básico.
- ▲ Analisar a estrutura sistemática do Vocabulário Controlado Básico.
- ▲ Analisar os termos da área de Direito Autoral e Direito do Consumidor do

Vocabulário Controlado Básico e suas respectivas relações semânticas/conceituais, à luz dos tipos de relacionamentos.

1.6 Justificativa

A eficiência de um sistema de recuperação da informação está diretamente relacionada a uma boa representação da informação. É esta boa representação da informação contida nos documentos que garantirá o acesso, rápido e preciso, dos usuários aos itens de seu interesse e a perfeita comunicação entre este e o sistema.

A representação da informação pode ser entendida como a tradução das informações contidas no documento em pontos de acesso do sistema. Esta pode ser tanto descritiva, englobando as informações físicas e/ou bibliográficas do documento, quanto temática, englobando o conteúdo dos documentos.

De acordo com Vargas (2010) a representação temática está mais sujeita a subjetividade do profissional da informação, dependendo para ser eficiente, por exemplo, da experiência do bibliotecário no assunto tratado. Para a redução desta subjetividade foram desenvolvidas as linguagens documentárias como os tesouros.

Os tesouros são uma das linguagens documentárias mais utilizadas e apresentam-se como instrumentos valiosos para a representação e recuperação da informação em sistemas informacionais, pois possibilitam por meio de sua estrutura de relações conceituais o controle do vocabulário e eliminação de ruídos na recuperação da informação ocasionados por problemas lingüísticos, como a ambigüidade e a sinonímia.

O Vocabulário Controlado Básico, foco deste estudo, foi escolhido por se tratar de um tesouro jurídico amplamente utilizado pela Rede de Bibliotecas do Congresso Nacional, composta por entidades dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da Administração Pública Federal e do Governo do Distrito Federal, para a manutenção da uniformidade da indexação e recuperação da informação, servindo como modelo para outras bibliotecas da área jurídica.

Considerando a sua relevância no processo de organização e recuperação da informação, bem como no desempenho dessas bibliotecas e conseqüentemente de

suas entidades mantenedoras, este trabalho visa analisar as relações conceituais da área de Direito Autoral e Direito do Consumidor do Vocabulário Controlado Básico pautando-se no entendimento de que para se constituir em um instrumento eficiente no processo de organização e recuperação do conhecimento deve contar com uma boa estruturação e o estabelecimento consistente dos relacionamentos conceituais.

A análise destes relacionamentos justifica-se, ainda, por sua utilidade junto a gerência da Rede, possibilitando a identificação de possíveis inconsistências que poderão ser objeto de estudo do Grupo de trabalho responsável pela manutenção e atualização do tesouro da Rede RVBI, contribuindo, assim, para a maior eficiência desse vocabulário.

CAPÍTULO 2

Revisão de literatura

2.1 Linguagem

O homem é um ser social, desde os primórdios buscou formas de ser comunicar com o mundo a sua volta. A linguagem foi o principal mecanismo encontrado por ele para se relacionar com seus semelhantes e dar nome às coisas.

De acordo com Dahlberg (1978) a linguagem constituiu-se na capacidade do homem de designar os objetos que o circundavam, assim como, comunicar-se com os seus semelhantes. Ela permitiu-lhe relacionar-se com esses objetos e elaborar enunciados sobre eles.

Tal linguagem pode ser entendida como a manifestação empregada pelos seres vivos em suas relações de convivência ou como o instrumento pelo qual eles se comunicam. É constituída por um conjunto de símbolos que se combinam de forma sistemática para o armazenamento e a troca de informações (MOREIRA, 2005).

Expressão do pensamento humano, a linguagem é a responsável pela perpetuação da experiência humana, uma vez que esta experiência é passada de geração a geração através dos mecanismos da comunicação.

Currás (1995) afirma que a linguagem não é algo estático, está em continua evolução, assim como os seres vivos. Ela a define como um conjunto de símbolos portadores de informação que visam à comunicação. Criados a partir da necessidade do homem de expressar seus sentimentos e idéias, esses sistemas de símbolos evoluíram juntamente com ele, dando origem a outros tipos de linguagens.

Além das linguagens utilizadas em suas necessidades diárias, denominadas linguagens naturais, o homem criou outras, conhecidas como linguagens especiais ou artificiais ou, ainda, linguagens formalizadas, como a linguagem da química, da matemática, da lógica, dos sistemas de classificação, etc. (DAHLBERG, 1978). Assim como as linguagens documentárias.

A linguagem natural é aquela do uso comum empregada para a comunicação cotidiana entre as pessoas. É composta por palavras e os múltiplos significados que elas assumem. Segundo Lopes (2002), a linguagem natural pode ser entendida como um vocabulário livre, sinônimo do discurso comum, ou seja, é a linguagem utilizada habitualmente por uma comunidade em sua fala e escrita.

Considerada, também, a linguagem do discurso técnico-científico é utilizada nos processos prévios de indexação do conteúdo de um texto para a localização deste, em sistemas de recuperação, no momento das requisições dos usuários (LANCASTER *apud* MOREIRA, 2005).

Encontrada tanto na fala quanto nos documentos, a linguagem natural, assim como a linguagem documentária que será discutida a seguir, é considerada um sistema de símbolos instituídos para facilitar a comunicação. Porém, tais linguagens diferenciam-se uma da outra pelo fato da primeira ser constituída por palavras e seus inúmeros significados, enquanto que a segunda é formada por palavras que possuem seus significados restringidos, assumindo o papel de termos, de acordo com o contexto ou uma área do conhecimento (CINTRA *et al.*, 2002).

Para este trabalho interessa o estudo das linguagens documentárias, em particular os tesauros.

2.2 Linguagem Documentária

2.2.1 Conceito

As linguagens documentárias podem ser entendidas como “o conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos técnico-científicos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações” (GARDIN *apud* CINTRA *et al.*, 2002 p. 35). Ou seja, os conteúdos contidos nos documentos são extraídos e termos são atribuídos para representá-los, restringindo-se o seu significado, visando à classificação desses assuntos e sua

posterior recuperação. A essa compilação de termos dá-se o nome de linguagem documentária.

Conceituadas como instrumentos de padronização da indexação e como instrumentos de comunicação, as linguagens documentárias visam garantir que indexadores diferentes utilizem os mesmos conceitos para representar documentos semelhantes e que indexadores e usuários partilhem um mesmo vocabulário (NOVELINO, 1996). Quanto a esse aspecto Tristão, Fachin e Alarcon (2004) concordam ao afirmar que essas linguagens são sistemas de símbolos instituídos que têm por intuito facilitar a comunicação entre a linguagem natural dos usuários e a unidade de informação, bem como representar os conteúdos dos documentos.

Caracterizadas também como metalinguagens, ou seja, linguagens construídas artificialmente para descrever a própria linguagem natural, as linguagens documentárias representam uma imagem reduzida desta, uma vez que, apresentam um vocabulário e uma estrutura. Criadas para facilitar o conhecimento de um domínio, as linguagens documentárias são regidas por regras de utilização e empregadas para representar o conteúdo de um documento através dos processos de análise e síntese (DODEBEI, 2002).

Para Tálamo, Lara e Kobashi (1992, p. 197):

As linguagens documentárias são tradicionalmente consideradas instrumentos de controle terminológico que atuam em dois níveis: a) na representação da informação obtida pela análise e síntese de textos; b) na formulação de equações de busca de informação.

A denominação linguagem documentária, segundo Lara (2004), designa a linguagem construída especialmente para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação. Ela é considerada o instrumento que serve de ponte entre a linguagem do sistema e a do usuário. Constitui um meio organizado em torno de uma determinada área temática, uma das condições para possibilitar as operações de representação e de acesso à informação. Sua principal característica é possibilitar o acesso a conteúdos por um meio econômico de representação. Enquanto sistema de significação e comunicação, esta linguagem permite, também, orientar a busca.

Conforme a autora:

Para que a linguagem documentária dê forma ao conteúdo, propondo-se como um modo de organização, e para que simultaneamente desempenhe o papel de instrumento de comunicação, ela deve reunir determinadas qualidades, tais como: a) funcionar como código inteligível e fonte para interpretação do sentido, b) caracterizar-se como metalinguagem, c) incorporar o usuário como integrante do processo (LARA, 2004, p. 233).

Sales (2007) complementa ao expor que as linguagens documentárias são linguagens artificiais, constituídas de sistemas simbólicos, que tem por finalidade traduzir, de forma sintética, o assunto dos documentos para a indexação, armazenamento e recuperação da informação. De acordo com ele, tais linguagens visam à uniformidade da linguagem de especialidade, proporcionando uma representação padronizada do conteúdo documental, além de uma recuperação mais pertinente.

A análise da literatura leva a percepção de certo consenso acerca do caráter representativo e comunicativo das linguagens documentárias, as quais buscam representar de forma sintética o conteúdo dos documentos para sua posterior recuperação, bem como servir de ponte entre a linguagem do usuário e a linguagem do sistema, facilitando a realização da busca de informações.

Essas linguagens receberam diferentes denominações ao longo dos anos, tais como: linguagens descritoras, linguagens de indexação, vocabulários controlados, codificações documentárias, linguagens de informação, lista de assuntos autorizados, linguagem de descrição da informação e linguagem de recuperação da informação (WANDERLEY, 1973).

Vogel (2009) analisou a evolução do conceito de linguagem documentária a partir de duas vertentes: uma francesa, representada por autores como Gardin, Coyaud, Chaumier, García Gutiérrez e Hutchins; e outra brasileira, representada pelo grupo Temma, composto por pesquisadores e professores do Departamento de Biblioteconomia e Documentação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e por pesquisadores da UNESP-Marília. Segundo a autora, a partir dos anos 80, a linha francesa passa a trabalhar com o conceito de linguagem documentária, englobando características já levantadas desde os anos 60, recebendo diversas denominações, como demonstrado no quadro 1:

Quadro 1 - Linha Francesa: Denominações para as Linguagens Documentárias.

Denominação	Abrangência
Léxico Documentário	Constituído por um léxico; Tem regras de combinação; É utilizado para o tratamento de documentos.
Linguagem Informacional	Sistema para levar informação dos documentos aos usuários, meio de comunicação.
Linguagem de Indexação	Indexação de informações.
Linguagem Classificatória	Classificação de informações.
Linguagem Documental	Termo adotado pelos autores espanhóis, e portugueses, contrariamente ao que se adota no Brasil que é mais próximo do francês.
Linguagem Artificial	Linguagem construída, não natural.
Linguagem Controlada	Seus termos e sua organização são normalizados.
Metalinguagem	Descreve a linguagem natural.
Linguagem Epistemográfica	Caráter associativo, forte estrutura horizontal.

Fonte: VOGEL (2009, p. 84).

A linha brasileira, representada pelo grupo Temma, acrescenta outras características ao conceito de linguagem documentária, como visto logo abaixo no quadro 2, prevalecendo a adoção do termo linguagem documentária:

Quadro 2 - Linha Brasileira: Denominações das Linguagens Documentárias

Denominação	Abrangência
Linguagem de Indexação	Indexação de informações. Recuperação de informações. Controle do vocabulário. Tradução de conceitos. Uso de tesouros e índices. Léxico reduzido. Regra de uso.
Linguagem Classificatória	Classificação de informações. Uso de esquemas de classificação.
Linguagem Artificial	Linguagem construída, não natural.
Metalinguagem	Reelaboração do conhecimento como informação.
Linguagem Construída	Oposta a natural. Recuperação de informação. Tratamento da informação.

Fonte: VOGEL (2009, p. 88).

2.2.2 Função

A principal função das linguagens documentárias é quanto à normalização temática. De acordo com Dodebei (2002), tais linguagens proporcionam além do controle das dispersões semânticas da língua natural, a delimitação do domínio conceitual do campo em estudo. Além disso, possibilitam economia de símbolos, eliminação de redundâncias, condensação de informações e facilitam a modulação das questões, generalizando-lhes ou especificando-lhes a compreensão, mediante a compreensão semântica.

Para a autora, correspondem a essas linguagens as seguintes funções:

- Organizar o campo conceitual da representação documentária;
- Servir de instrumento para a distribuição útil dos livros ou documentos: tal função é cumprida pelas classificações bibliográficas, tais como a CDD (Classificação Decimal de Dewey) e a CDU (Classificação Decimal Universal), as quais agrupam os assuntos de acordo com as disciplinas do conhecimento.
- Controlar as dispersões léxicas, sintáticas e simbólicas no processo de análise documentária: tal função é cumprida pelas listas de cabeçalhos de assunto e pelos tesouros, as quais orientam a organização intelectual para a desconstrução do texto em língua natural e sua representação codificada e sintética, constituindo-se em instrumento de análise semântica e sintática, visando obter por ocasião das respostas aos pedidos de informação, um máximo de indicações relevantes ou pertinentes (Dodebei, 2002, p. 57).

As linguagens documentárias atuam de duas formas: orientando o analista quanto ao melhor termo para representar o assunto de um documento e orientando o pesquisador na hora da busca quanto ao melhor termo que represente o assunto por ele procurado. Estas orientações dizem respeito, tanto ao controle semântico da sinonímia, quanto à construção de complexas redes de referências cruzadas, possibilitando ao usuário outras opções de busca em relação ao assunto pesquisado (PINTO, 1985). Além disso, atuam, também, como instrumento de comunicação conectando a linguagem dos usuários com a linguagem do sistema, possibilitando a troca de informações. De acordo com Sales (2007) se tornam fundamentais para conectar a informação ao seu público-alvo, e para poder, a partir disso, exercer a transformação através do conhecimento adquirido.

Para serem efetivas, essas linguagens devem apoiar-se nas terminologias de cada área do conhecimento e exercer total controle do vocabulário, neutralizando as possíveis ambigüidades ocasionadas pela sinonímia, pela polissemia e pela homonímia da linguagem natural (MARSHAL, 2009). A ambigüidade ocorre quando uma palavra ou frase assume mais de uma significação, ela é a responsável por um ruído na recuperação da informação, uma vez que sob uma mesma expressão são encontradas tanto informações relevantes quanto irrelevantes para o usuário (BRÄSCHER, 2002).

Vogel (2009, p. 82), citando Cross e outros, afirma que utilizamos as linguagens documentárias com duas finalidades:

A primeira, para “condensar” o conteúdo de textos científicos, a fim de acelerar a consulta, ainda que haja certa perda de informação; a segunda, para normalizar a expressão desse conteúdo para que noções ou temas análogos sejam sempre designados pelos mesmos termos ou grupos de termos.

A partir da análise da evolução do conceito de linguagem documentária, segundo a linha francesa e a brasileira, Vogel (2009) conclui que as linguagens documentárias funcionam como mecanismos de comunicação para contextos específicos atendendo, ao mesmo tempo, aos objetivos e necessidades de seus usuários, da instituição que produz e organiza o conhecimento, etc., utilizando em sua elaboração referências a parâmetros lingüísticos. A autora apresenta abaixo no quadro 3 uma comparação das duas vertentes, na qual explicita as características e funções das linguagens documentárias:

Quadro 3 - Estrutura, características e funções das Linguagens Documentárias.

Estrutura	Características	Funções
<ul style="list-style-type: none"> - Léxico de noções ou conjunto de termos; - Sistema estrutural de relações; - Conjunto de regras e símbolos; - Hipótese para a organização dos termos (organização da informação); - Parâmetros lingüísticos e terminológicos como base da organização dos termos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Linguagem construída, metalinguagem; - Sistema de representação sintético para representar o conteúdo de documentos; - Ponte entre os documentos e os usuários. 	<ul style="list-style-type: none"> - Organização ou classificação dos dados de um campo científico; - Indexação, armazenamento, recuperação de informação; - Tradução de documentos e solicitações; - Controle terminológico; - Condensação dos conteúdos; - Normalização da expressão; - Organização dos termos em classes semânticas; - Instrumento de representação de conhecimento; - Visualização do mapa de conhecimento de uma área; - Reelaboração do conhecimento como informação; - Comunicação documentária.

Fonte: VOGEL (2009, p. 89).

2.2.3 Tipos

As linguagens documentárias podem ser de diversos tipos. Dentre estes encontram-se os cabeçalhos de assunto, os glossários, os dicionários, os vocabulários controlados, os sistemas de classificação decimal, as taxonomias, os tesouros e as ontologias (SALES, 2007).

Tais linguagens podem ser classificadas como notacionais ou alfabéticas. No primeiro caso, englobam os sistemas de Classificação Decimal Universal (CDU) ou Classificação Decimal de Dewey (CDD), no segundo caso, os cabeçalhos de assunto e os tesouros. Além disso, podem ainda ser classificadas quanto a sua forma de abrangência em universais, abrangendo todas as áreas do conhecimento ou específicas, referindo-se a uma única área do conhecimento (VAN DER LAAN; FERREIRA, 2000).

Os tesouros e as classificações bibliográficas têm sido os instrumentos mais utilizados para a organização do conhecimento, tanto nacionalmente quanto internacionalmente, principalmente devido aos avanços das tecnologias da informação e comunicação (TRISTÃO; FACHIN; ALARCON, 2004). Para a realização deste estudo torna-se fundamental uma compreensão mais aprofundada acerca dos tesouros, seu histórico, conceituação, funções, características e etc.

2.3 Tesouro

2.3.1 Conceito

Os tesouros são instrumentos de controle terminológico utilizados para a representação e recuperação da informação. Têm sua construção apoiada na categorização do conhecimento em assuntos e em um “corpus discursivo” do qual são extraídos os termos considerados significativos para representar o conteúdo dos documentos (TÁLAMO; LARA; KOBASHI, 1992). Tal instrumento foi idealizado como

facilitador da comunicação dentro do sistema, normalizando as linguagens de indexação e recuperação, de acordo com a terminologia da área (NOVELINO, 1996). Esta categorização permite identificar as classes gerais de conceitos que a área do conhecimento do tesouro comporta, tornando claro seu campo temático, bem como estabelecendo as bases para o levantamento dos termos representativos (CAMPOS; GOMES, 2006).

Os tesouros podem ser entendidos como:

Sistema de vocabulário baseado em conceitos, incluindo termos preferidos (descritores), termos não preferidos (não descritores) e suas inter-relações, que se aplica a um determinado ramo do conhecimento e que se destina a controlar a terminologia utilizada para a indexação/recuperação de documentos (MOTTA, 1987, p. 25).

Segundo Tálamo, Lara e Kobashi (1992) caracterizam-se como uma lista de termos autorizados relacionados semântica e logicamente, dentro de uma área específica do conhecimento, sendo utilizado para representar o conteúdo de um documento e das questões realizadas pelos usuários, servindo como intermediário entre estes.

São considerados uma linguagem especializada e normalizada, na qual os termos que a compõem, simples ou compostos, encontram-se relacionados sintática e semanticamente (CURRÁS, 1995). Concordando quanto ao caráter especializado dessa linguagem, Van der Lan e Ferreira (2000) afirmam que os tesouros podem ser definidos como uma linguagem especializada, estruturada como uma rede conceitual, a qual apresenta relações hierárquicas e associativas, estabelecendo os termos preferidos através das relações de equivalência.

Campos e Gomes (2006) afirmam que, através do programa UNISIST a UNESCO definiu tesouro sob dois aspectos:

- Quanto à estrutura: É considerado um vocabulário controlado de termos relacionados genérica e semanticamente dentro de uma área do conhecimento;
- Quanto à função: É considerado um instrumento de controle terminológico, empregado na tradução da linguagem natural para a linguagem do sistema.

O tesouro é uma ferramenta dinâmica que possui como componentes principais os termos, a estrutura entre eles e o conjunto das remissivas, além das relações hierárquicas e associativas, exigindo: a) para a sua elaboração, o

conhecimento dos documentos produzidos na área, a compreensão dos termos empregados, a construção de conceitos para a explicação dos termos e, b) para sua manutenção, atualizações constantes (MOREIRA, 2005). Seu objetivo principal é prestar assistência ao usuário na escolha do termo que represente o assunto por ele procurado, bem como possibilitar a identificação de termos alternativos que permitirão a descrição mais adequada da informação (JESUS, 2002).

Como visto, os tesouros receberam diferentes conceituações ao longo dos anos, sendo definidos como uma lista de termos autorizados, linguagem especializada e normalizada, instrumento terminológico, vocabulário controlado de termos, etc. Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004) afirmam que alguns pesquisadores como Jasper, Uschold e Fensel consideram os tesouros como ontologias simples, já que ontologias complexas exigem maior riqueza de relações. Porém, para os autores, apesar dos tesouros serem instrumentos terminológicos e de registrarem parcialmente os comprometimentos ontológicos, classificá-los como um tipo de ontologia pode ser precipitado, visto que os princípios que regem a elaboração desses instrumentos são diferenciados. Os tesouros são criados para tarefas específicas, envolvendo em sua criação a garantia de uso e a garantia literária, ou seja, os termos que serão incluídos devem ter sua aceitação pautada no uso destes por parte dos especialistas e da literatura da área para qual está sendo criado. Já as ontologias deveriam ser, a princípio, independentes de tarefas.

2.3.2 Histórico

A palavra tesouro tem origem no latim *“thesaurus”* que, por sua vez, deriva do grego *“thesaurós”*, significando tesouro ou repositório de palavras (MOTTA, 1978). De acordo com Mikhailov (*apud* MOTTA, 1978, p. 21):

Esse termo foi utilizado pela primeira vez por Brunetto Latinni (1220-1294), para designar uma enciclopédia sistematizada, à qual ele deu o nome de “Os livros do tesouro”. Em 1532, Thierry e R. Etienne publicaram seu “Dicionário ou tesouro do idioma latino”, um dicionário da língua latina, com arranjo alfabético. Em 1572, A. Etienne publicou um dicionário: “Thesaurus language Graecae”, cuja confecção havia sido iniciada por seu pai R. Etienne. Em 1736, o Shorter Oxford Dictionary registrou pela primeira vez o uso da expressão inglesa “thesaury or storehouse of knowledge”, definindo-

a como “tesouro ou armazém de conhecimento, similar a um dicionário ou a uma enciclopédia”.

Posteriormente, foi utilizada como título no dicionário analógico de Peter Mark Roget, denominado de “*Thesaurus of English words and phrases*”, publicado em Londres, em 1852. Roget levou cerca de 50 anos nesse trabalho e pretendia com ele facilitar sua atividade literária. Em seu dicionário as palavras não foram agrupadas de forma alfabética, como ocorre nos dicionários da língua, mas de acordo com as idéias que elas transmitiam. Ao invés de se buscar o significado de uma palavra, buscava-se a palavra através de uma idéia. A forma de apresentação de seu trabalho foi tão original que apesar de a palavra “*Thesaurus*” designar vocabulário, dicionário, o termo ficou conhecido na área da documentação associado à forma de organização do vocabulário de indexação/recuperação (GOMES 1990).

Lancaster citado por Moreira, Alvarenga e Oliveira (2004) aborda a dificuldade de se demonstrar a gênese e a evolução dos tesouros, uma vez que esta não está muito clara. De acordo com ele, a evolução histórica dos tesouros é marcada por duas correntes distintas: a primeira é a abordagem alfabética originária da América do Norte que se baseia no Unitermo, a segunda é a abordagem da classificação bibliográfica originária da Europa que é influenciada pelo trabalho de Ranganathan e se baseia na Teoria da Classificação Facetada. Para o autor, a origem do tesouro advém do Unitermo.

2.3.3 Função

A principal função do tesouro é a realização do controle terminológico. Através da seleção dos termos é possível representar os assuntos dos documentos e das solicitações de busca dos usuários, permitindo a utilização do termo mais adequado para a recuperação da informação. A partir de um termo conhecido pelo usuário, o tesouro, por meio de sua estrutura, apresenta outros que podem ser ainda mais oportunos para a realização da busca (GOMES, 1990). Van Der Lan e Ferreira (2000) concordam ao afirmar que a função primordial do tesouro é o controle

terminológico do vocabulário, dentro de uma área específica do conhecimento, sugerindo as relações entre os conceitos a serem indexados.

Dodebei (2002) citando Foskett e Lancaster lista algumas das funções dos tesouros como: o controle de sinônimos e quase sinônimos, a distinção de palavras homógrafas, a condução da busca de maneira mais fácil por meio do uso de termos relacionados e das referências cruzadas - melhorando a consistência da indexação e coincidindo a linguagem da busca com a linguagem do sistema - a redução do tempo e o aumento da eficiência na indexação e recuperação da informação. Para a autora:

O emprego dos tesouros nas tarefas de indexação e recuperação da informação tenta resolver o problema da alocação de documentos em classes de assuntos, não só por sua capacidade de controlar o vocabulário, mas porque é um instrumento que relaciona os descritores/termos de forma mais consistente, apresentando uma estrutura sintética simplificada e uma complexa rede de referências cruzadas. Isto permite ao especialista localizar com mais facilidade a palavra-chave requerida para uma busca. Apresenta ainda, um relacionamento lógico e hierárquico dos descritores, o que contribui para a indexação dos documentos em nível específico e/ou genérico (DODEBEI, 2002, p. 67).

Os tesouros são componentes fundamentais em um sistema de recuperação da informação, amparando tanto os usuários em suas buscas quanto os indexadores durante o processo de classificação. Em ambos os casos, os auxiliam, por meio de sua estrutura de termos e relações, a encontrar os termos mais adequados para a representação do assunto. Do mesmo modo, devem permitir a definição de quais termos podem ser utilizados pelo sistema de informação e pelos usuários para a realização de buscas mais satisfatórias, bem como a introdução de novos termos e alterações de sentidos nos já existentes (MOREIRA; ALVARENGA; OLIVEIRA, 2004).

2.3.4 Princípios gerais

2.3.4.1 Conceito, termo e características

Os tesouros são regidos por um sistema de conceitos, os termos que representam esses conceitos e as características.

Os conceitos podem ser entendidos como as representações mentais de um objeto material ou imaterial. Constituem-se de um conjunto de características que podem ser comuns a diversos objetos e refletem o conhecimento do mundo real, com suas propriedades e relacionamentos (GOMES, 1990). São considerados reproduções mentais de um objeto, os quais somados a uma unidade lexical que os denominam formam o termo.

De acordo com Dodebei (2002) é possível definir conceito como as compilações dos enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixadas por um símbolo lingüístico. A linguagem natural permite a formulação de enunciados sobre os conceitos, que são representações das características destes. O conjunto de tais enunciados formam os conceitos. Estes, por sua vez, podem ser classificados em individuais ou gerais (DAHLBERG, 1978), conforme visto no quadro 4:

Quadro 4 - Classificação dos conceitos.

Conceito individual	Enunciados verdadeiros
IBICT (Instituto Brasileiro de Informações em Ciência e Tecnologia)	<ul style="list-style-type: none"> • É uma instituição • Situada no Rio de Janeiro • Relacionada com a coordenação dos sistemas de informação no Brasil • Possui cerca de 60 funcionários, etc.
Conceito geral	Enunciados verdadeiros
Instituição	<ul style="list-style-type: none"> • É constituída de um grupo de pessoas • Que trabalham com determinada finalidade • Possuindo administração comum • Localizada em determinado lugar • Durante determinado tempo, etc.

Fonte: DAHLBERG (1978, p. 102).

Os conceitos, portanto, se referem a objetos e são representados por termos que são descritos através de definições (LARA, 2004). Eles se estabelecem quando três elementos estão presentes: “o referente/objeto, suas propriedades e um termo que o sintetize, ou seja, que carregue com ele todas as propriedades do referente” (DAHLBERG *apud* CAMPOS; GOMES, 2006, p. 354).

Os termos, por sua vez, são entendidos como a palavra ou expressão selecionada para representar um dado significado (GOMES, 1990).

Lara (2004, p.237) citando as normas terminológicas afirma que:

A formação de um conceito é considerada fundamental na organização do conhecimento, porque provê os meios necessários ao reconhecimento dos objetos e seu agrupamento em unidades significativas num domínio particular. Esse agrupamento é realizado pela identificação de características ou propriedades comuns, compartilhadas por tais objetos, ou cuja combinação pode diferir entre culturas, campos ou escolas de pensamento.

Para a autora a característica é a propriedade retirada de um objeto que serve para descrever o conceito.

Já de acordo com Gomes (1990) a característica é o elemento de um conceito que serve para descrever uma determinada qualidade de um objeto individual. As características são fundamentais na sistematização dos conceitos, uma vez que

permitem a comparação entre estes e sua reunião em classes, subclasses, ajudando na definição e na formação de novos termos para novos conceitos.

É formulando enunciados sobre os objetos que se obtém as características dos conceitos. O conhecimento dessas características facilita a determinação do número de funções que elas exercem, tais como: definição, formação e ordenação classificatória dos conceitos e respectivos índices (DAHLBERG, 1978).

O conjunto de características que se combinam para constituir o conceito corresponde à intensão¹ conceitual, em contrapartida, a totalidade dos objetos aos quais um conceito corresponde é chamada de extensão conceitual (LARA, 2004). Ou seja, ao conceito de casa pode ser atribuída a seguinte intensão conceitual: edifício, habitualmente feito de pedra ou madeira, contendo quartos, salas, entre outros. Enquanto que a extensão do conceito de casa corresponde a: casa de pedra, casa de madeira e etc. (DAHLBERG, 1978).

As características permitem o estabelecimento das relações entre os conceitos.

2.3.4.2 Relações entre conceitos

Os tesouros apresentam diferentes tipos de relações. A definição das características dos conceitos permite o estabelecimento dessas relações entre eles. De acordo com Gomes (1990) estabelecer relacionamentos entre os conceitos significa dar-lhes posicionamento dentro de um sistema, ou seja, estabelecer-lhes o gênero, a espécie e as associações.

Os tesouros são estruturados de maneira lógico-semântica, apresentando conceitos relacionados hierarquicamente, na vertical, permitindo que outros conceitos sejam agregados associativamente, na horizontal (MARRONI, 2006).

Dahlberg (1978) afirma que quando dois conceitos diferentes possuem alguma característica em comum, então existe um relacionamento entre eles. A autora reconhece os seguintes tipos de relações entre conceitos:

¹ Intensão – Entende-se por esse termo o número de características de um conceito, diferentemente de intenção que significa vontade, desejo.

- Relações lógicas: nas quais os conceitos podem apresentar características de identidade (possuem as mesmas características), de implicação (um conceito está contido em outro), de intersecção (os dois conceitos coincidem em algum elemento), disjunção (os conceitos se excluem mutuamente, não possuem nenhuma característica em comum), e de negação (um conceito possui uma característica cuja negação se encontra em outro conceito).
- Relações semânticas: nas quais aplicam-se, pelo menos em parte, os relacionamentos lógicos e nas quais os conceitos podem apresentar os relacionamentos hierárquicos (implicação), partitivos (todo-parte), de oposição (negação) e funcional (intersecção).

Gomes (1990) considera três tipos de relacionamentos entre conceitos no Manual de Elaboração de Tesouros Monolíngües: relacionamento lógico (genérico específico, analítico e de oposição), ontológico (partitivo, de sucessão e de material-produto) e de efeito (causalidade, instrumental e de descendência). O relacionamento lógico pode ser entendido como aquele que se estabelece entre conceitos que possuem características em comum. O relacionamento ontológico advém das características dos objetos representados pelos conceitos e se caracteriza pela contigüidade no tempo e no espaço, bem como pela conexão de causa e efeito. O relacionamento de efeito é aquele que estabelece relações de causa e efeito entre os conceitos, relações entre conceitos que representam o instrumento e sua ação e outras.

Apesar dos diversos tipos de relações conceituais existentes, as mais utilizadas nos tesouros são as relações de equivalência, hierárquicas e associativas.

2.3.4.2.1 Relações de equivalência

As relações de equivalência ocorrem quando um mesmo conceito pode ser representado por dois ou mais termos (sinônimos ou quase sinônimos), sendo um deles escolhido como termo preferido e os demais como não-preferidos. O relacionamento entre o termo preferido e o não-preferido é dito de equivalência, nele cada termo é considerado uma referência ao mesmo conceito. A referência cruzada

para o termo preferido deve ser feita a partir de qualquer termo de entrada que seja equivalente (ANSI/NISO Z39.19, 2003).

As relações equivalentes são representadas pelos indicadores **USE** (precedendo o termo preferencial e remetendo o termo equivalente ao termo descritor) e **UP** (que significa “usado por”, remetendo aos termos equivalentes para aquele descritor). Exemplo:

MANDIOCA	Macaxeira
UP Macaxeira	USE MANDIOCA

Conforme Currás (1995) as formas de sinonímia que se apresentam normalmente nos tesouros e resultam em relações de equivalência ocorrem entre:

- Nomes populares e científicos (aranhas = aracnídeos);
 - Nomes comuns e científicos e marcas comerciais (PVC = policloreto de vinil);
 - Nomes instituídos cientificamente e os devidos à linguagem popular (aparelhos de televisão = TV);
 - Palavras com ortografia diferente (Rumânia = Rômania);
 - Termos com origem lingüística diferente (trabalho doméstico = trabalho caseiro);
 - Termos originários de grupos étnicos diferentes, mas que usam uma língua comum (carruagem – em Portugal = carro – no Brasil);
 - Termos atuais e outros de menor uso (ensino a distância = ensino por correspondência);
 - Abreviaturas e nomes complexos (CDU = Classificação Decimal Universal);
- Os casos de quase sinonímia, segundo a autora, resultam de:
- Termos de significado muito semelhante, porém aos quais se pode estabelecer algumas diferenças (congresso = simpósio);
 - Termos que podem ser agregados sob outro com maior abrangência de significado (microformas = microfichas e microfilme).

Como norma geral, deve-se adotar nos tesouros como termo descritor os termos científicos, os mais usados no país e os mais atuais (CURRÁS, 1995).

2.3.4.2.2 Relações hierárquicas

As relações hierárquicas são baseadas em níveis de superordenação e subordinação entre os conceitos. Nelas o termo superordenado representa uma classe ou o todo do qual o termo subordinado é membro ou parte (ANSI/NISO Z39.19, 2003). Tais relações subdividem-se em três tipos de circunstâncias diferentes e mutuamente exclusivas:

- Relacionamento genérico (gênero/espécie): É representado pelos indicadores **TG** (termo geral) e **TE** (termo específico). Ocorre quando dois conceitos diferentes possuem características idênticas e um deles possui uma característica a mais do que o outro (DAHLBERG, 1978). Exemplo:

Árvore
Árvore frutífera
Macieira

No exemplo acima, percebe-se que árvore é um termo geral do qual árvore frutífera é um termo específico, ou seja, apresenta todas as características do termo árvore somado a característica de fruta. O termo macieira, por sua vez, apresenta todas as características de árvore frutífera mais a de maçã.

De acordo com Currás (1995) este tipo de relacionamento pode acontecer entre: Espécies de animais ou plantas (**TG** Vertebrados – **TE** Anfíbios); Objetos e suas classes (**TG** Documentos – **TE** Documento primário); Ações e propriedades (**TG** Classificação de documentos – **TE** Classificação alfabética); Conceitos abstratos e seus efeitos (**TG** Valores – **TE** Valor econômico); Profissões e suas classes (**TG** Bibliotecários – **TE** Bibliotecários de hospitais).

- Relacionamento partitivo (todo/parte): É representado pelos indicadores **TGP** (termo geral partitivo) e **TEP** (termo específico partitivo). Ocorre quando um conceito está intrinsecamente incluído em outro de forma que os termos podem ser organizados em hierarquias lógicas (ANSI/NISO Z39.19, 2003). O todo representa o termo superordenado e a parte o termo subordinado. Exemplo:

TGP Árvore

TEP Caule

TEP Folhas

No exemplo acima, o termo árvore representa o conceito de um todo, já os termos caule e folhas representam os conceitos das partes que compõem esse todo.

Este tipo de relacionamento pode ocorrer entre sistemas e órgãos do corpo (**TGP** Ouvido – **TEP** Ouvido interno); localidades geográficas (**TGP** Espanha – **TEP** Castela); Ciências e disciplinas (**TGP** Ciência da Informação – **TEP** Biblioteconomia); Estruturas hierárquicas sociais (**TGP** Arquidiocese – **TEP** Diocese) (CURRÁS, 1995). Para Dodebei (2002) as relações partitivas decorrem da especificação das partes de um objeto natural (uma planta, um animal), da identificação dos elementos de construção de um produto (uma casa, uma bicicleta) ou da constituição de uma unidade organizacional (um país e seus estados).

- Relacionamento de instância: É representado pelos indicadores **TGI** (termo geral de instância) e **TEI** (termo específico de instância). Ocorre entre uma categoria de coisas ou eventos, expressos por um nome comum, e uma instância individual dessa categoria, representada geralmente por um nome próprio (ANSI/NISO Z39.19, 2003). Exemplo:

TGI Regiões montanhosas

TEI Alpes

TEI Himalaia

Nota-se no exemplo acima que o termo regiões montanhosas representa uma categoria expressa por um nome comum da qual os termos Alpes e Himalaia representam uma instância individual dessa categoria expressas por nomes próprios.

2.3.4.2.3 Relações associativas

As relações associativas ocorrem entre termos que não possuem nem relacionamento equivalente e nem hierárquico, mas que são semanticamente ou conceitualmente associados a tal ponto que a relação entre eles deve ser explicitada no vocabulário controlado, uma vez que ela pode sugerir novos termos para a indexação e recuperação da informação (ANSI/NISO Z39.19, 2003). São representadas pelo indicador **TR** (termo relacionado), embora encontram-se também na literatura os indicadores **TA** (termos associado) e **TC** (termo correlato).

Para Soergel (*apud* MOTTA, 1987) uma relação associativa entre um conceito A e B ocorre se um indexador ou alguém que busque informação sobre o conceito A seja lembrado da existência do conceito B.

Conforme Currás (1995, p. 155) as relações associativas se estabelecem entre os termos “quando as famílias, ou grupos de termos afins, estudam-se a partir de um plano horizontal, levando-se em consideração diferentes pontos de vista”. Para a autora, é necessária certa cautela ao se estabelecer esses tipos de relações, pois na tentativa de construir o tesauro mais exato, corre-se o risco de exceder-se no número de termos e relações tornando-o mais confuso e de difícil utilização.

As relações associativas são caracterizadas na literatura como as mais difíceis de se instituírem em um tesauro, como explicita Marroni (2006, p. 64):

As relações associativas constituem-se um desafio para os indexadores, pois, pelo fato de não apresentarem as clarezas das relações hierárquicas e de equivalência, exigem dos profissionais da informação um profundo conhecimento, tanto da estrutura do tesauro quanto do assunto abordado por ele, a fim de que seja possível viabilizar o estabelecimento desses vínculos conceituais.

Tais relações podem ocorrer entre (CURRÁS, 1995):

- Termos que pertencem à mesma categoria (**TG** Bibliografias nacionais – **TR** Bibliografias especiais).
- Termos que pertencem à categorias diferentes:
 - Relação do todo com a parte (**TG** Edifício – **TR** Portas);
 - Disciplinas ou campos de estudo e os objetos ou fenômenos estudados (**TG** Sismologia – **TR** Terremotos);

- Uma operação ou processo e seu agente ou instrumento (**TG** Salão de cabeleireiro – **TR** Secador de cabelo);
- Uma ocupação e a pessoa que a exerce (**TG** Contabilidade – **TR** Contabilista);
- Uma ação e um produto dessa ação (**TG** Construção de estradas – **TR** Estradas);
- Uma ação e um sujeito paciente (**TG** Ensino – **TR** Estudante);
- Conceitos relacionados com suas propriedades (**TG** Mulheres – **TR** Feminilidade);
- Conceitos relacionados com sua origem (**TG** Água – **TR** Poços);
- Conceitos unidos por dependência de causa (**TG** Erosão – **TR** Uso);
- Uma matéria-prima e seu produto (**TG** Farinha – **TR** Pão);
- Uma ação e a propriedade associada a ela (**TG** Meios de comunicação – **TR** Veracidade);
- Um conceito e seu oposto (**TG** Seca – **TR** Umidade);

As relações conceituais associativas podem ser estabelecidas anteriormente ou posteriormente a construção do tesouro, de acordo com o método adotado para iniciar o processo de relacionamento conceitual (DODEBEI, 2002).

2.3.5 Tipos

Os tesouros podem ser classificados sob diversos aspectos, quanto à língua, ao nível de especificidade, ao assunto, a forma de apresentação, entre outros.

Gomes (1990) classifica os tesouros quanto à língua, nível de especificidade e o assunto que cobrem:

- Quanto à língua, eles podem ser monolíngües ou multilíngües.
- Quanto ao nível de especificidade, eles classificam-se em macrotesouros e microtesouros. Nos macrotesouros os termos representam conceitos mais ou menos amplos, o número de descritores não é extenso, porém o número de remissivas é elevado, uma vez que remetem ao descritor genérico imediatamente superior. Já nos microtesouros os descritores representam

conceitos bastante específicos e se referem a uma área restrita do conhecimento.

- Quanto ao assunto, os tesouros podem ser destinados a uma missão ou problema, são os tesouros multidisciplinares, ou dedicados a um assunto, são os tesouros voltados a uma disciplina específica.

Quanto à forma de apresentação os tesouros podem ser de três tipos, de acordo com Currás (1995):

- Alfabéticos: os termos encontram-se listados em ordem alfabética com suas relações.
- Sistemáticos: os termos encontram-se classificados de forma hierárquica por meio de categorias e classes dentro de um sistema.
- Gráficos: os termos encontram-se ordenados graficamente.

CAPÍTULO 3

Procedimentos metodológicos

3.1 Tipo de pesquisa

Uma pesquisa pode ser definida como a busca por informações diante de um problema ou de indagações para as quais não temos resposta. Segundo Minayo (1993, p.23), a pesquisa é vista como:

Atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

O processo de pesquisa engloba um conjunto de ações e estratégias na busca de informações para a solução de problemas. Demo (1996, p.34) classifica a pesquisa como uma atividade cotidiana, ele a define como um “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Uma pesquisa pode ser classificada segundo sua forma de abordagem, objetivos e procedimentos técnicos, etc. O presente trabalho pautou-se nos critérios de classificação adotados por Silva e Menezes (2005) e por Gil (1991).

Para este estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa, do ponto de vista de sua forma de abordagem, a qual destinou-se a análise da literatura acerca dos tesouros e suas relações conceituais e na análise das relações existentes no Vocabulário Controlado Básico na área de Direito Autoral e Direito do Consumidor com base nessa literatura.

Do ponto de vista dos objetivos é classificada como uma pesquisa descritiva e exploratória que observa, demonstra e analisa os principais aspectos relacionados a este Vocabulário e suas relações conceituais e tem por objetivo proporcionar maior conhecimento a cerca do tema.

Quanto a seus procedimentos técnicos classifica-se ainda como uma pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Para sua realização foram efetuadas buscas sobre o assunto em livros, artigos de periódicos, teses, dissertações, etc., na Biblioteca Central da Universidade de Brasília (BCE), na Biblioteca Ministro Ruben Rosa do Tribunal de Contas da União (TCU), no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), Biblioteca Digital de Monografias (BDM), no Repositório Institucional da Universidade de Brasília (RIUNB), no Google, entre outras fontes. Além do levantamento bibliográfico, foi feito um estudo de caso das relações conceituais do Vocabulário Controlado Básico da Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional.

A escolha do Vocabulário Controlado Básico deu-se devido a sua ampla utilização por bibliotecas da área jurídica e o recorte conceitual das áreas de Direito Autoral e Direito do Consumidor devido à extensão do campo do conhecimento do Direito e por essas áreas possuírem um menor número de descritores.

A partir do estudo da literatura e das recomendações para o estabelecimento das relações conceituais em um tesouro, foi possível analisar as relações existentes no Vocabulário Controlado Básico para o apontamento de possíveis incorreções.

3.2 Instrumentos utilizados

3.2.1 Vocabulário Controlado Básico

O VCB é um vocabulário controlado criado na década de 80 por bibliotecários do Senado Federal e do PRODASEN. É a fonte básica de informação da rede de bibliotecas do Congresso Nacional, antigo Subsistema de Administração de Bibliotecas (SABI) ou rede SABI, atual Rede Virtual de Bibliotecas (RVBI), para a manutenção da uniformidade da indexação e recuperação da informação nos Bancos de Dados de Monografias (BIBR) e de Publicações Seriadas e Artigos de Periódicos (PERI).

A Rede RVBI é uma rede cooperativa composta por 15 bibliotecas dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, da Administração Federal e do governo do Distrito Federal, coordenada pelo Senado Federal.

Instituído inicialmente apenas como um vocabulário controlado que visava compatibilizar as duas linguagens de indexação utilizadas na biblioteca do Senado Federal, o VCB evoluiu com a criação, em 2002, do Grupo de Estudo do Tesouro da Rede RVBI que tinha por objetivo sua atualização, reformulação e a aplicação de normas para a elaboração de tesouros.

Com a missão de elaborar um tesouro a partir do VCB, esse grupo de estudo constituiu, em 2003, o Projeto de Tesouro da Rede RVBI e, em 2004, a partir de uma nova metodologia de trabalho com a retomada da análise de termos novos e do aprofundamento dos estudos sobre tesouro elaborou o Manual de elaboração do tesouro da Rede RVBI.

Sob a coordenação da gerência da rede foram definidas algumas estratégias e ações para a reformulação desse vocabulário no documento de Diretrizes para a construção do tesouro da Rede RVBI, como (Grupo..., 2007, p. 14):

Estudo da frequência de utilização de cada um dos termos do VCB, a partir de pesquisas nas bases bibliográficas da rede; Classificação ou reclassificação dos termos do VCB pela Classificação Decimal de Dewey ou pela Classificação Decimal de Direito, de Dóris de Queiroz Carvalho; Definição de grandes áreas de assunto, baseadas nas mesmas tabelas de classificação, com o objetivo de permitir a reunião de termos por grandes áreas do conhecimento e possibilitar sua revisão por áreas ("sub-base"); Criação de campos específicos, na base do VCB, para inclusão dos novos dados (frequência de uso dos termos e sub-bases); Definição da abrangência temática do tesouro, a partir da área de atuação e interesses de cada biblioteca da RVBI (áreas núcleos e periféricas); Estudos teóricos sobre tesouros; Treinamentos específicos sobre tesouros (seminários e cursos); Elaboração do Projeto do tesouro da RVBI; Definição da ficha terminológica; Pesquisa de softwares gerenciadores de tesouros; Estudo de termos novos sugeridos pelos indexadores.

O VCB é composto por descritores de todas as áreas do conhecimento, com ênfase nas Ciências Sociais e Humanas, principalmente no campo do Direito, dividindo-se em áreas núcleos e áreas periféricas, devido aos diversos tipos de instituições que compõem a rede.

Constituem-se áreas núcleos no tesouro: administração pública; ciência e tecnologia; ciência militar; direito; economia; fiscalização e controle das finanças públicas; história; história militar e geografia do Brasil; patrimônio histórico e artístico

de Brasília; informática e processamento de dados; infra-estrutura; política; sociologia e questões sociais. Constituem-se áreas periféricas no tesouro: administração de empresas; antropologia; arquitetura; artes; astronomia; biblioteconomia; biografias; biologia; cartografia; ciência da informação; climatologia; conhecimento; contabilidade; ecologia; educação física; engenharia; estatística; filosofia; física; genealogia; geografia geral; geologia; hidrologia; história geral; jornalismo; línguas; lingüística; literatura; marketing; matemática; medicina; meteorologia; nutrição; oceanografia; pedologia; psicologia; publicidade; química; recursos naturais; religião e retórica (GRUPO..., 2005).

O VCB apresenta relações entre termos e conceitos. As relações entre os termos podem ser (GRUPO..., 2007):

- Relação de equivalência: sinonímia (**USE/NÃO USE**). Exemplo:
 - Mandato eletivo
 - **NÃO USE** Mandato parlamentar
- Relação de denominação: metáfora ou termos sincategoremáticos (Termo associado – **TR**). Exemplo:
 - Bandeira (metáfora)
 - **TR** Pátria

Já as relações entre conceitos podem ser:
- Lógicas: relações hierárquicas (Termo Geral – **TG** / Termo Específico – **TE**). Exemplo:
 - Direito civil
 - **TG** Direito
 - **TE** Direito de família
- Ontológicas: relações partitivas e associativas (Termo Relacionado / associado – **TR**). Exemplo:
 - Componente / objeto integral: Álgebra / matemática;
 - Membro / coleção: Árvore / floresta;
 - Produto / material: Chocolate / cacau;
 - Atividade / fase da atividade: Inquérito policial / acareação
 - Lugar / área: Bairro / cidade;
 - Processo / agente: Contrato de convivência / convivente;
 - Operação / instrumento: Eleição / voto;

- Ação / resultado da ação: Distribuição de renda / desenvolvimento econômico;
- Causa / efeito: Desnutrição / anemia;
- Conceitos opostos: Nutrição / desnutrição;
- Área do conhecimento / objeto de estudo: Criminologia / Criminalidade.

Além destes relacionamentos o VCB é constituído, ainda, por notas explicativas - **NE** - (explicação sucinta sobre o uso do termo na sintaxe da indexação) e listas auxiliares, ademais, apresenta em sua estrutura um campo para a definição do termo e para o código de Classificação Decimal de Dewey ou da Classificação Decimal de Direito, de Dóris de Queiroz Carvalho.

O trabalho de atualização deste vocabulário é feito diariamente pela gerência da Rede RVBI. Além da inclusão de novos termos, sendo ela responsável pela alteração e correção dos já existentes. O documento de Diretrizes para a construção do tesouro da Rede RVBI aponta as regras e os critérios adotados para a elaboração deste instrumento, incluindo conceitos e normas de redação da língua portuguesa e de construção de tesouros. Tal documento, entre outras coisas, estabelece que:

- Quanto à normalização gramatical os termos são representados sempre que possível por:
 - Substantivos;
 - Gênero masculino;
 - Singular;
 - Letra inicial maiúscula na primeira palavra dos termos do tesouro (nos termos com mais de uma palavra, seguir as regras para maiúsculas e minúsculas da língua portuguesa);
 - Por extenso (não usar siglas ou abreviaturas, somente se for a forma mais conhecida na área);
- Quanto ao controle terminológico:
 - Adotar a grafia mais aceita;
 - Utilizar termos estrangeiros somente quando não houver um correspondente em português ou se for a forma mais usual na área do tesouro;

- Selecionar gíria ou jargão como descritor se esta for a forma mais utilizada;
- Preferir nomes comuns a comerciais;
- Preferir nomes populares a científicos;
- Criar qualificadores para termos homônimos;
- Selecionar apenas um entre dois ou mais termos sinônimos;

3.3 Coleta de dados

Os termos que compõem o VCB são agrupados por categorias de acordo com a área do conhecimento a que pertencem, através do uso dos sistemas de classificação. Considerando o vasto universo da área do Direito, restringiu-se a análise das relações conceituais as áreas do Direito Autoral e Direito do Consumidor, contabilizando um total de 45 termos.

A partir da Classificação Decimal de Direito, de Dóris de Queiroz Carvalho, foi possível selecionar a sub-base referente ao Direito Autoral e ao Direito do Consumidor com suas respectivas classificações:

342.28 Direito Autoral

342.5 Direito do Consumidor

A lista de termos foi obtida via e-mail, por meio de contato com a responsável pela manutenção do VCB, Maria de Fátima Jaegger. Foram analisados os 21 termos da área de Direito Autoral e os 24 termos da área de Direito do Consumidor abrangidas pelo VCB.

CAPÍTULO 4

Análise e discussão dos dados

4.1 Análise dos descritores

Após a coleta de dados partiu-se para a análise dos descritores das áreas selecionadas. A partir de uma lista com os descritores foi feita uma pesquisa termo a termo no Vocabulário Controlado Básico para a visualização das relações conceituais.

Concomitantemente foi criado um documento para a transcrição dos termos e seus respectivos relacionamentos para uma análise mais detalhada. Esse arranjo permitiu agregar todos os termos em um único lugar, bem como possibilitou a realização de anotações com as observações realizadas e as possíveis sugestões. (Ver apêndice A).

Por se tratarem de áreas ainda não dominadas pela autora, buscou-se definições para os termos de difícil entendimento, tanto no próprio VCB, o qual possui um campo específico para isto, quanto na própria internet, em sites relacionados a Direito. Além disso, pautou-se na literatura e em diretrizes sobre a elaboração de tesouros, como a norma de Diretrizes para a construção, formatação e gestão de vocabulários controlados monolíngües (ANSI/NISO Z39.19) para a análise das relações conceituais existentes.

Ao observar os relacionamentos constatou-se a ocorrência dos seguintes problemas: termos órfãos, termos com erros de relacionamentos, termos com relacionamentos não implementados e a presença de muitos descritores com apenas relações associativas.

Foram identificados um total de cinco termos órfãos na área de Direito Autoral, como:

Contrato de edição
Direito moral
Falsificação de obras de arte

Obra arquitetônica

Plágio

Verificou-se a presença de termos com erros de relacionamentos, conforme demonstrado no quadro 5:

Quadro 5 - Erros de relacionamentos

Descritor	Relacionamentos	Observação
Depósito legal	TG Direito Autoral TR Bibliografia nacional TR Controle bibliográfico	Direito Autoral não é um gênero de depósito legal. Sugestão: TR Direito Autoral.
Direito de crítica	TG Direito autoral TR Direito de resposta e retificação	Deveria ser TG Direito Subjetivo. Sugestão: TG Direito Subjetivo TR Direito Autoral
Obra anônima	TG Direito autoral TR Obra inédita	Direito Autoral não é um termo genérico de obra anônima. Sugestão: TG Obra intelectual.
Vício (Direito do Consumidor)	TR Produtos TR Reclamação (direito do consumidor) TR Responsabilidade objetiva TR Serviços TR Vício do consentimento TR Vício redibitório	Os termos vício do consentimento e vício redibitório deveriam constar como termos específicos (TE).

Fonte: Do autor.

Observou-se também a presença de termos com relacionamentos não implementados, os quais foram sugeridos, como no exemplo visto no quadro 6:

Quadro 6 - Relacionamentos não implementados

Descritor	Relacionamentos	Observação
Direitos Conexos	Direitos vizinhos – Não autorizado	Não possui relações hierárquicas, só apresenta descritor não-autorizado. Sugestão: TR Direito autoral TR Direitos da personalidade
Sanção administrativa (direito do consumidor)	TG Sanção administrativa TR Prática abusiva TR Sanção penal	Não possui termos específicos. Sugestão: TE Apreensão do produto TE Inutilização do produto TE Cassação do registro do produto TE Suspensão de fornecimento de produto ou serviço

Fonte: Do autor.

Por fim, constatou-se também a presença de muitos termos com apenas o estabelecimento de relações associativas, como se vê no quadro 7:

Quadro 7 - Relacionamentos apenas associativos

Descritor	Relacionamentos	Observação
Abuso de poder econômico	TR Ação de investigação judicial eleitoral TR Livre concorrência TR Ordem econômica	Não possui relações hierárquicas. Sugestão: TG Crime contra a ordem econômica.
Crime contra as relações de consumo	TR Fraude no comércio e na indústria TR Proteção e defesa do consumidor TR Relação de consumo	Não possui relações hierárquicas. Sugestão: TG Crime TE Venda de mercadoria em desacordo com a prescrição legal TR Direito do consumidor
Produto com defeito	TR Proteção e defesa do consumidor TR Reclamação (direito do consumidor) TR Responsabilidade civil TR Serviço com defeito TR Vício redibitório	Não possui relações hierárquicas. Sugestão: TG Produtos

Fonte: Do autor.

4.2 Discussão dos resultados

É notória a importância do VCB para a organização e recuperação da informação na área jurídica. O Grupo de estudos do tesouro da Rede RVBI vem realizando um trabalho contínuo de manutenção e atualização desse vocabulário, essa preocupação é verificada por meio das diversas publicações já realizadas: *Projeto do tesouro da RVBI*, *Diretrizes para a construção do tesouro da Rede RVBI*, *Esboço metodológico para a elaboração do tesouro da RVBI*, entre outras.

Porém, para que este se constitua um instrumento eficiente de recuperação precisa estar bem estruturado e com relações consistentes. Foram encontrados diversos problemas nas áreas analisadas. Os relacionamentos conceituais auxiliam indexadores e usuários na escolha dos melhores descritores. A ausência desses relacionamentos ou inconsistências no estabelecimento das relações podem dificultar tanto o trabalho de indexação quanto o de busca.

Os termos órfãos não oferecem nenhuma informação sobre o contexto de uso dos descritores, ocasionando maior dificuldade para o indexador identificar corretamente o melhor descritor, e ao usuário na realização da busca, impossibilitando a utilização de outros termos, talvez até mais oportunos, para a recuperação da informação.

Os termos com erros de relacionamentos provocam indexações incorretas, pois podem orientar o indexador para termos que não se relacionam ao assunto do documento. Na busca esses erros podem acarretar perda de informação, uma vez que direcionam para descritores que não representam de forma correta o assunto tratado. Além disso, podem proporcionar muita revocação, porém com baixo grau de precisão.

Os termos com relacionamentos não implementados deixam de fornecer informações que podem auxiliar o indexador a complementar sua indexação com termos relacionados ao assunto. Também prejudicam a busca ao privar o usuário da utilização de outros termos que poderiam descrever melhor o assunto procurado, bem como restringir ou ampliar a busca, acarretando também prejuízos à recuperação da informação.

A presença de muitos termos com apenas relacionamentos associativos é outro fator negativo encontrado no VCB, uma vez que os tesauros devem conter relacionamentos hierárquicos, pois são esses relacionamentos que permitirão ao indexador especificar melhor o assunto do documento ou ao usuário ampliar ou restringir a sua busca a partir do uso de termos mais genéricos e de termos mais específicos que expressem sua necessidade de informação.

4.3 Considerações finais

Conforme visto, os tesouros possuem grandes potencialidades no processo de organização e recuperação da informação. Porém, para que cumpram a sua função enquanto instrumento de representação e de comunicação precisam estar bem estruturados e realizar o perfeito controle do vocabulário por meio do estabelecimento de relações conceituais consistentes. A realização de treinamentos específicos para a construção de tesouros e o estabelecimento dos relacionamentos conceituais tornam-se fundamentais.

É notória a importância do Vocabulário Controlado Básico para a representação e recuperação da informação na área jurídica e sua visibilidade perante os profissionais da área de informação. O trabalho de construção de um tesouro não é algo fácil e exige dos profissionais envolvidos muita dedicação e compromisso para o estabelecimento de pesquisas exaustivas nas diversas áreas do conhecimento, bem como empenho em sua manutenção e atualização. Nesse sentido, o Grupo de trabalho do tesouro da Rede RVBI vem realizando um trabalho respeitável.

Apesar do esforço desse Grupo de trabalho na atualização constante do Vocabulário Controlado Básico, constataram-se diversas inconsistências no estabelecimento das relações conceituais nas áreas de Direito Autoral e Direito do Consumidor, o que demonstra a necessidade de estudos para que o vocabulário possa continuar evoluindo. Sabemos das dificuldades em manter as linguagens documentárias atualizadas, e no caso do VCB, isso se deve ao fato do Grupo de trabalho ser constituído por profissionais das diversas instituições participantes da rede ou devido à alta rotatividade de pessoal.

Espera-se, com esse estudo, ter contribuído para identificar alguns problemas de relacionamentos conceituais que poderão ser objeto de trabalho do grupo responsável pela atualização do tesouro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMERICAN NATIONAL STANDARDS INSTITUTE. National Information Standards Organization. **ANSI/NISO Z39.19-2003**: guidelines for the construction, format and management of monolingual thesauri. Disponível em: <<http://www.niso.org/kst/reports/standards>>. Acesso em: 17 maio 2011.

BRÄSCHER, M. A ambiguidade na recuperação da informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, fev. 2002.

CAMPOS, Maria Luiza Almeida; GOMES, Hagar Espanha. Metodologia de elaboração de tesouro conceitual: a categorização como princípio norteador. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, vol. 11, n. 3, p. 348-359, set./dez. 2006.

CINTRA, Anna Maria Marques et al. **Para entender as linguagens documentárias**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Polis, 2002.

CURRÁS, Emília. **Tesouro, linguagens terminológicas**. Brasília: IBICT, 1995.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e construção de conhecimento**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Rio de Janeiro: Interciência, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Hagar Espanha (coord.). **Manual de elaboração de tesouros monolíngues**. Brasília: O Programa, 1990.

GRUPO de Estudo do Tesouro da RVBI. **Elaboração do Tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional – RVBI**: um esboço metodológico. Brasília, Senado Federal, 2005.

_____. **Diretrizes para a construção do tesouro da Rede Virtual de Bibliotecas – Congresso Nacional - RVBI**. Brasília: Senado Federal, Secretaria de Biblioteca, 2007.

JESUS, Jerocir Botelho Marques de. Tesouro: Um instrumento de representação do conhecimento em sistemas de recuperação da informação. XII SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS. **Anais**. Recife: UFPE, 2002. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/snbu/snbu2002/oralpdf/68.a.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

LARA, Marilda Lopez Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://revistas.puc-Campinas.edu.br/transinfo/viewarticle.php?id=72>>. Acesso em: 8 abr. 2011.

LOPES, Ilza Leite. Uso das linguagens controlada e natural em bases de dados: revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 41-52, jan./abr. 2002.

MARRONI, Gilza Núria Brandão. **Identificação e delimitação de relações associativas em tesouros**: um estudo de caso na área do direito do trabalho. 2006. 127 f. Tese (Mestrado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

MARSHALL, Rovena Gobbato. **Linguagens documentárias para indexação de literatura infantil e juvenil**. 2009. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MOREIRA, Alexandra; ALVARENGA, Lúcia; OLIVEIRA, Alcione de Paiva. O nível do conhecimento e os instrumentos de representação: tesouros e ontologias. **Datagrama**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 6, dez. 2004.

MOREIRA, Manuel Palhares. **Ambiente para geração e manutenção semi-automática de tesouros**. 2005. 197 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

MOTTA, Dilza Fonseca. **Método relacional como nova abordagem para a construção de tesouros**. 1987. 87 f. Tese (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1987. Disponível em: <<http://www.conexaorio.com/bit/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

NOVELINO, Maria Salet Ferreira. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v.1, n.2, p. 37-45, jul./dez. 1996.

PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação; linguagens de indexação. **Revista da Escola de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, v.14, n. 2, p. 169-186, set. 1985.

SALES, Rodrigo de. Suportes teóricos para pensar linguagens documentárias. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 5, n. 1, p. 95-114, jul./dez. 2007.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed. Florianópolis: UFSC, 2005. Disponível em:

<<http://www.portaldeconhecimentos.org.br/index.php/por/content/view/full/10232>>. Acesso em: 28 fev. 2011.

TÁLAMO, Maria de Fátima G. Moreira; LARA, Marilda Lopes Ginez de; KOBASHI, Nair Yumiko. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 21 n. 3, p. 197-200, set./dez. 1992.

TRISTAO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Bóries; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n2/a17v33n2.pdf>>. Acesso em: 30 março 2011.

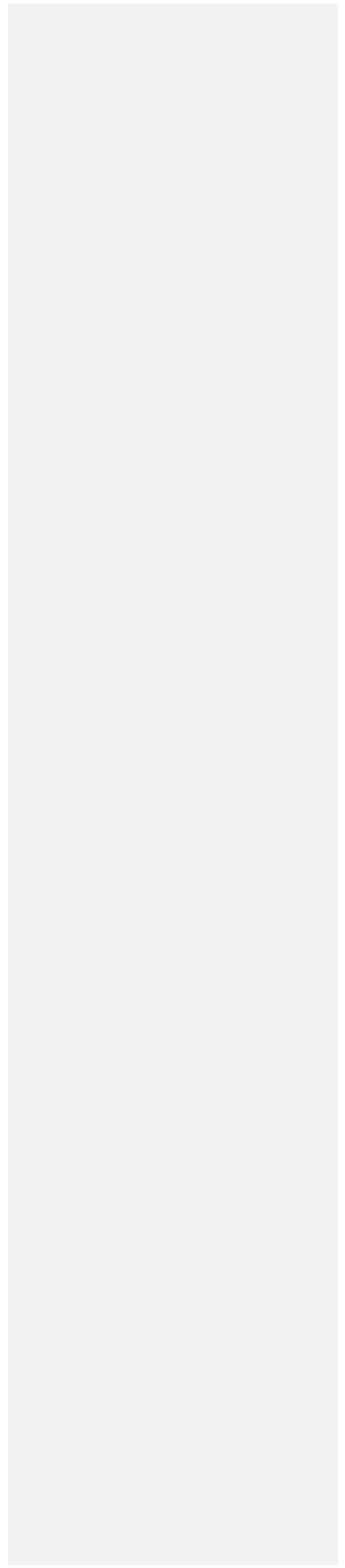
VAN DER LAAN, Regina Helena; FERREIRA, Glória Isabel Sattamini. Tesouros e Terminologia. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19, 2000, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: ARB, 2000. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000802/01/T149.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

VARGAS, Dóris Fraga. **Estudo metodológico de elaboração de tesouros**. 2010. 105 f. Monografia (Graduação em Biblioteconomia) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2010.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. A influência de Jean-Claude Gardin e a linha francesa na evolução do conceito de linguagem documentária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 80-92, 2009.

WANDERLEY, M. Linguagem documentária: acesso à informação. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 175-217, 1973.

APÊNDICE A – Análise dos termos de Direito Autoral e Direito do Consumidor



Termos de Direito Autoral

1. Contrato de edição

[AL1] Comentário: Termo órfão.

2. Depósito legal

TG Direito autoral

[AL2] Comentário: Direito autoral não é um termo genérico de depósito legal. Sugestão: TR Direito Autoral.

TR Bibliografia Nacional

TR Controle Bibliográfico

3. Direito autoral

Autor (direito autoral) – Não autorizado

Copyright – Não autorizado

Direito artístico – Não autorizado

Direito autorial – Não autorizado

Direito de autor – Não autorizado

Direito literário – Não autorizado

Direitos autorais – Não autorizado

TG Direito comercial

TE Depósito legal

TE Direito de crítica

TE Direito de resposta e retificação

TE Direito de seqüela

TE Obra anônima

TE Obra inédita

TE Obra pseudônima

TE Obra psicografada

[AL3] Comentário: Deveriam ser termos relacionados (TR), ao invés de específicos (TE). Sugestão: TE Direito Moral do Autor
TE Direito Patrimonial do Autor

TR Ação de contrafação

TR Obra cinematográfica

TR Obra fotográfica

TR Obra literária

TR Propriedade artística

TR Propriedade científica

TR Propriedade intelectual

TR Propriedade literária

4. Direito de arena

TG Direitos da personalidade

TR Direito à própria imagem

5. Direito de crítica

TG Direito autoral

TR Direito de resposta e retificação

6. Direito de seqüela

Direito de seqüência sobre as obras intelectuais – Não autorizado

Droit de suite – Não autorizado

TG Direito autoral

7. Direito moral

8. Direitos conexos

Direitos vizinhos – Não autorizado

9. Falsificação de obras de arte

10. Obra anônima

TG Direito autoral

TR Obra inédita

11. Obra arquitetônica

12. Obra cinematográfica

TG Obra de arte

TR Cinema

TR Direito autoral

13. Obra de arte

Objeto de arte – Não autorizado

Obra artística – Não autorizado

TG Patrimônio artístico

TE Obra cinematográfica

TE Obra fotográfica

TE Obra literária

TR Arte

TR Obra de encomenda

14. Obra de encomenda

TR Obra de arte

TR Pesquisa científica

[AL4] Comentário: Deveria ser TG Direito Subjetivo.
Sugestão TG Direito Subjetivo
TR Direito Autoral

[AL5] Comentário: Termo órfão.

[AL6] Comentário: Não possui relação hierárquica, só apresenta descritor não-autorizado.
Sugestão: TE Direito de Arena
TR Direito de Autor

[AL7] Comentário: Termo órfão.

[AL8] Comentário: Direito autoral não é um gênero de obra anônima.
Sugestão: TG Obra Intelectual.

[AL9] Comentário: Termo órfão. Só possui nota explicativa.

[AL10] Comentário: Relacionamento aparentemente incorreto. Pesquisa científica não parece estar relacionada com obra de encomenda.
Sugestão:
TR Direito Autoral

15.Obra fotográfica

TG Obra de arte

TR Direito autoral

16.Obra inédita

TG Direito autoral

TR Obra anônima

TR Obra literária

TR Obra psicografada

17.Obra literária

TG Obra de arte

TR Direito autoral

TR Estilística

TR Obra inédita

18.Obra pseudônima

TG Direito autoral

19.Obra psicografada

TG Direito autoral

TR Espiritismo

TR Obra inédita

20.Plágio**21.Propriedade literária**

TG Propriedade intelectual

TR Direito autoral

OBS: Total de 5 termos órfãos

[AL11] Comentário: Direito autoral não é um gênero de obra inédita.
Sugestão: TG Obra intelectual
TR Direito autoral

[AL12] Comentário: Direito autoral não é um gênero de obra pseudônima.
Sugestão: TG Obra intelectual
TR Direito autoral

[AL13] Comentário: Direito autoral não é um gênero de obra psicografada.
Sugestão: TG Obra intelectual
TR Direito autoral

[AL14] Comentário: Termo órfão.

Termos de Direito do Consumidor

1. Abuso de poder econômico

TR Ação de investigação judicial eleitoral

TR Livre concorrência

TR Ordem econômica

2. Relação de consumo

TR Cláusula abusiva

TR Convenção coletiva de consumo

TR Consumidor

TR Consumo

TR Crime contra as relações de consumo

TR Direito de arrependimento

TR Fornecedor

TR Prática abusiva

TR Reclamação (direito do consumidor)

3. Consumidor

TR Consumo

TR Fornecedor

TR Proteção e defesa do consumidor

TR Relação de consumo

4. Credidiário

TR Crédito direto ao consumidor

5. Crime contra as relações de consumo

Crime contra o consumidor – Não autorizado

TR Fraude no comércio e na indústria

TR Proteção e defesa do consumidor

TR Relação de consumo

6. Desapropriação por interesse social

Desapropriação por utilidade social – Não autorizado

Expropriação por interesse social – Não autorizado

Imóvel, desapropriação por interesse social – Não autorizado

TG Desapropriação

[AL15] Comentário: Não possui relações hierárquicas.
Sugestão: TG Crime contra a ordem econômica.

[AL16] Comentário: Sugestão:
TG Crime
TE Venda de mercadoria em desacordo com a prescrição legal
TR Direito do consumidor

TR Ação de desapropriação
 TR Desapropriação por utilidade pública
 TR Direito de propriedade
 TR Reforma agrária
 TR Função social da propriedade

7. **Fornecedor**

TE Comerciante
 TE Construtor
 TE Empresa de exportação e importação
 TR Bens de consumo
 TR Consumidor
 TR Prestação de serviços
 TR Relação de consumo

8. **Normas de construção**

TG Direito urbano
 TR Direito de construir

9. **Normas de trânsito**

Construção civil, normas – Não autorizado
 Construção civil, regulamentação – Não autorizado
 Regulamentação de construções – Não autorizado
 TG Poder de polícia

10. **Proteção e defesa do consumidor**

Defesa do consumidor – Não autorizado
 Direitos do consumidor – Não autorizado
 Proteção ao consumidor – Não autorizado
 TR Cláusula abusiva
 TR Consumidor
 TR Crime contra as relações de consumo
 TR Direito à informação
 TR Direito do consumidor
 TR Fornecedor
 TR Prática abusiva
 TR Princípio da precaução

[AL17] Comentário: Normas de construção não é um tipo de Direito urbano. Direito urbano está relacionado com normas de construção.
 Sugestão:
 TR Direito do consumidor
 TR Direito urbano

[AL18] Comentário: Poder de polícia não é um gênero de normas de trânsito. Normas de trânsito está relacionada ao poder de polícia.
 Sugestão:
 TR Poder de polícia

TR Produto com defeito
 TR Publicidade abusiva
 TR Publicidade comercial
 TR Publicidade enganosa
 TR Serviço com defeito

11. Publicidade abusiva

TG Publicidade comercial
 TE Merchandising
 TE Publicidade dissimulada
 TE Publicidade subliminar
 TR Proteção e defesa do consumidor
 TR Publicidade enganosa

12. Publicidade enganosa

Publicidade desleal – Não autorizado
 Publicidade enganosa por omissão – Não autorizado
 Publicidade falsa – Não autorizado
 Publicidade fraudulenta – Não autorizado
 TG Publicidade comercial
 TR Proteção e defesa do consumidor
 TR Publicidade abusiva

13. Direito do consumidor

Direito da relação de consumo – Não autorizado
 Direito do consumo – Não autorizado
 TG Direito privado
 TR Proteção e defesa do consumidor

14. Sanção administrativa (direito do consumidor)

TG Sanção administrativa
 TR Prática abusiva
 TR Sanção penal

15. Produto com defeito

Defeito do produto – Não autorizado
 Produto defeituoso – Não autorizado
 TR Proteção e defesa do consumidor

[AL19] Comentário: Poderia ter mais termos relacionados como:
 TR Crime contra as relações de consumo
 TR Relação de consumo
 TR Consumidor

[AL20] Comentário: Poderiam ser termos específicos:
 TE Apreensão do produto
 TE Inutilização do produto
 TE Cassação do registro do produto
 TE Suspensão de fornecimento de produto ou serviço? (são termos que aparecem na definição do termo como tipos de sanção).

[AL21] Comentário: Sugestão:
 TG Produtos

TR Reclamação (direito do consumidor)

TR Responsabilidade civil

TR Serviço com defeito

TR Vício redibitório

16. Serviço com defeito

Defeito do serviço – Não autorizado

Serviço defeituoso – Não autorizado

TR Produto com defeito

TR Proteção e defesa do consumidor

TR Reclamação (direito do consumidor)

TR Responsabilidade civil

TR Vício redibitório

17. Vício (direito do consumidor)

Vício de qualidade – Não autorizado

Vício de quantidade – Não autorizado

Vício do produto – Não autorizado

Vício do serviço – Não autorizado

TR Produtos

TR Reclamação (direito do consumidor)

TR Responsabilidade objetiva

TR Serviços

TR Vício do consentimento

TR Vício redibitório

18. Merchandising

Publicidade clandestina – Não autorizado

Publicidade indireta – Não autorizado

Publicidade oculta – Não autorizado

TG Publicidade abusiva

TR Publicidade dissimulada

TR Publicidade subliminar

19. Publicidade subliminar

Mensagem subliminar – Não autorizado

TG Publicidade abusiva

[AL22] Comentário: Sugestão:
TG Serviços

[AL23] Comentário: Erros de relacionamentos. Deveriam ser termos específicos.

[AL24] Comentário: Sugestão:
TR Publicidade enganosa.

[AL25] Comentário: Sugestão:
TR Publicidade enganosa.

TR Merchandising

TR Publicidade dissimulada

20. Publicidade dissimulada

Publicidade simulada – Não autorizado

TG Publicidade abusiva

TR Merchandising

TR Publicidade subliminar

21. Decadência (direito do consumidor)

TG Decadência

TR Prescrição (direito do consumidor)

TR Reclamação (direito do consumidor)

22. Prescrição (direito do consumidor)

TG Prescrição

TR Decadência (direito do consumidor)

TR Prescrição (direito comercial)

TR Reclamação (direito do consumidor)

23. Reclamação (direito do consumidor)

Direito de reclamar – Não autorizado

Reclamação do consumidor – Não autorizado

TR Decadência (direito do consumidor)

TR Prescrição (direito comercial)

TR Produto com defeito

TR Relação de consumo

TR Serviço com defeito

TR Vício (direito do consumidor)

24. Convenção coletiva de consumo

TR Contrato

TR Relação de consumo

OBS: Muitos termos só com relações associativas.

[AL26] Comentário: Sugestão:
TR Publicidade enganosa.